

ATA DA 28ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO CONSELHO CONSULTIVO DOS PARQUES NACIONAIS DE APARADOS DA SERRA E DA SERRA GERAL

Aos treze dias do mês de junho do ano de dois mil e onze no Centro de Extensão da UFSC em Praia Grande, reuniram-se os conselheiros dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral para realizarem a Assembleia Geral Ordinária com a pauta de renovação do Conselho Consultivo. Às 13h30min em primeira chamada, informa Sr. Deonir Zimmermann, presidente do Conselho Consultivo, que para iniciar a assembleia é necessária a presença de 17 membros titulares e então iniciáramos na segunda chamada com 12 membros titulares. Sendo assim, às 14h30min, se inicia a assembleia com a leitura da ata da AGO do dia 14 de março de 2011, pelo presidente.

O primeiro assunto tratado é o Plano de Regulamentação Fundiária, em razão das dúvidas surgidas durante a leitura da ata da reunião anterior, também em razão das diversas ausências. O presidente mostra mapas e relata as seis investidas de campo da equipe planejadas nas áreas dos Parques Nacionais, apresenta mapa fundiário dos parques com os imóveis por avaliar e a atual situação da execução do Plano. Conselheiro Beto pergunta o que vem depois da compra das terras, Deonir responde que é a implantação do Plano de Manejo. Sr. Deonir afirma que enviará o relatório por correio eletrônico para os conselheiros.

Conselheiro Sílvio, da EPAGRI, pergunta quanto ainda falta em percentual para indenização e Deonir lê a situação atual descrita no planejamento entregue na Justiça Federal. O representante quilombola, Sr. Wilson Omar, comenta que o governo nem indeniza um parque e já cria outro, no que Deonir explica que em razão da demora na regularização, existe uma ação civil pública com sentença em execução para que se regularize a área dos 2 parques. Sr. Deonir segue apresentando relatório dos processos de indenização. Conselheiro Sílvio lamenta o descaso diz que Estado devia dar exemplo para sociedade.

Conselheiro Alexandre, da ONG Curicaca, pergunta sobre cronograma de investidas, de aquisição de terras, sobre compromisso orçamentário e metas do ICMBio e diz que, ainda assim, a questão fundiária avançou um pouco. Deonir explica como vai funcionar o processo (avaliação de cada propriedade, laudo, nota agrônômica, benfeitorias e análise de mercado para fazer a oferta) e diz que, por enquanto, as indenizações são pagas somente por medidas compensatórias, sem dotação orçamentária. Sr. Paulinho, da ACEVAM, pergunta sobre os valores a serem pagos pelas terras, se é coletivo ou individual. Deonir responde que é individual.

Sr. Beto pergunta como é isso, se vem dinheiro da BR 101 e Eletrosul. Deonir explica como funcionam as medidas compensatórias. Conselheiro Dirceu da PM Cambará relata que ouve falar deste dinheiro da Eletrosul há mais de 2 anos e Deonir explica a transição do IBAMA para o ICMBio, que já não permite o mesmo controle das verbas de compensação. O assunto gera polêmica e discussão. Sílvio diz que essa situação é anti-cidadão. Aline, da APCE, diz que é falta de vontade política, que para vencer somente a força política e que devemos nos mobilizar, o que

gera mais polêmica. O vereador Jorival fala da história dos desapropriados e Deonir explica que existem laudos para avaliar as propriedades, relata e mostra a história de tramitação dos processos mais antigos e concorda que em alguns casos somente pressão política é eficaz.

Sr. Frank, mudando de assunto, fala do turismo nestas áreas por indenizar e que estamos sempre dependentes desta burocracia; propõe câmara técnica para negociar a abertura de mais trilhas. Deonir fala que primeiro deve ser resolvida a questão fundiária depois, o Plano de Manejo. Explica que algumas trilhas em área não indenizada funcionam com a convivência pacífica, principalmente nas áreas mais antigas do PNAS.

Sr. Sílvio sugere uma câmara temática para desenvolvimento do entorno, contesta o Plano de Manejo, fala do pinus e eucalipto, bem como da banana nas encostas, pensando em alternativas econômicas. Sr. Deonir coloca que essa ação está prevista nas Ações Gerenciais Gerias Externas do PM, e justifica que ainda não foram executadas por carência de pessoal na equipe; aproveita para apresentar a equipe e os novos membros, colocando que a partir de agora será mais plausível executá-las. Sr. Deonir coloca a situação da demanda dos peritos, que tem de atender diversas unidades, e do cronograma, que a última investida, em Jacinto Machado, está prevista agosto 2012 e infelizmente alguém tem de ficar por último. Conselheiro Beto solicita que se esclareça aos moradores locais o Plano de Manejo e se retira fazendo um apelo para que nenhum membro do Conselho volte a discutir esse Plano.

Sr. Alexandre Krob (ONG Curicaca) fala que o Conselho levanta muitos assuntos mas não encaminha nenhum, então sugere - e pede para constar em ata - que o Conselho demande para o ICMBio ou a Justiça (a quem couber a competência) um cronograma de execução orçamentária. Sugere que o Conselho envie manifestação para câmaras de compensação ambiental federal e estadual no sentido de priorizar a consolidação territorial dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e Serra Geral. O presidente pergunta se todos entenderam proposta do Sr. Alexandre, alguns dizem que não. Sr. Alexandre explica que a intenção é obter um compromisso orçamentário para realizar o Plano de Regularização Fundiária: “pressionar para incluir plano orçamentário e recurso do ICMBio”. Sr. Deonir sintetiza que o Conselho pode fazer um ofício à Justiça Federal, no âmbito da Ação Civil Pública, para que o ICMBio apresente um cronograma de execução orçamentária para a regularização fundiária. Todos entendem e concordam com as ações propostas. Deonir convida para intervalo.

O presidente reinicia com a pauta renovação do conselho. Explica que é paritário para cada membro de órgão público há um membro da sociedade civil, também que na escolha dos representantes dos comitês setoriais, se mantenha a paridade entre os estados SC e RS. Assim, não há renovação dos membros de órgãos públicos e as entidades não governamentais terão oportunidade de eleger novos titulares, dentro de cada comitê setorial. Propõe que cada comitê se reúna em separado e eleja, entre os presentes, o representante para os próximos dois anos.

Após a eleição, a assembleia é retomada, com a definição de titulares dentro de cada comitê setorial:

1 ORGÃOS GOVERNAMENTAIS

1.1 – ICMBio:

1.1.1 – Parques Nacionais dos Aparados e da Serra Geral/ICMBio/MMA..... 01 representante

1.2 – GOVERNO DO ESTADO RIO GRANDE DO SUL:

1.2.1 – Secretaria do Turismo (SETUR) 01 representante

1.2.2 – Secretaria de Meio Ambiente (representada pelo DEFAP)01 representante

1.2.3 – Comando Ambiental da Brigada Militar (3ºBABM-Pelotão de Canela): 01 representante

1.3 – GOVERNO DO ESTADO SANTA CATARINA:

1.3.1 – Secretaria do Turismo, Cultura e Esporte (representada pela SANTUR) 01 representante

1.3.2 – Secretaria do Desenvolvimento Econômico Sustentável (representada pela FATMA) 01 representante

1.3.3 – Companhia de Polícia de Proteção Ambiental da Polícia Militar (CPPA/Maracajá) . 01 representante

1.4 – MUNICÍPIO DE CAMBARÁ DO SUL - RS:

1.4.1 – Secretaria de Turismo01 representante

1.4.2 – Secretaria de Meio Ambiente 01 representante

1.4.3 – Secretaria da Educação 01 representante

1.4.4 – Secretaria da Agricultura 01 representante

1.5 – MUNICÍPIO DE PRAIA GRANDE - SC:

1.5.1 – Secretaria de Turismo 01 representante

1.5.2 – Secretaria de Agricultura 01 representante

1.6 – MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO - SC:

1.6.1 – Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças 01 representante

1.6.2 – Secretaria de Agricultura, Irrigação e Meio Ambiente 01 representante

2 – ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS

2.1 – COMITE SETORIAL DE ENTIDADES DE EXTENSÃO, EDUCAÇÃO E PESQUISA: 04 representantes

2.1.1 – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI) – SC (Titular)

2.1.2 – Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) – RS

2.1.3 – Instituto Federal Catarinense – Campus Sombrio (IFC) – SC (Titular)

2.1.4 – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) - RS

2.1.5 – Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC) - SC (Titular)

2.1.6 – Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) – RS (Titular)

2.2 – COMITÊ SETORIAL DO SEGMENTO DE TURISMO 04 representantes

2.2.1 – Associação de Condutores Locais de Ecoturismo e Turismo de Aventura de Cambará do Sul (ACONTUR) - CS/RS (Titular)

2.2.2 – Refúgio Ecológico Pedra Afiada (REPA) – PG/SC (Titular)

2.2.3 – Canion Agência de Viagem e Turismo Ltda. – CS/RS

2.2.4 – Montanha Equipamentos – Neyton Reis Filho ME – POA/RS

2.2.5 – Associação Praiagrandense de Condutores Locais para Ecoturismo (APCE) – PG/SC (Titular)

2.2.6 - Associação Tigre Preto de Condutores Locais e Guias de Turismo – JM/SC (Titular)

2.2.8 – Associação de Empreendedores Turísticos de Cambará do Sul (AETURCS) – CS/RS

2.3 – COMITÊ SETORIAL DAS ENTIDADES TRABALHADORAS.....02 representantes

2.3.2 – Sindicato Rural de Cambará do Sul – CS/RS

2.3.3 – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Praia Grande – PG/SC (Titular)

2.3.4 – Sindicato dos Produtores Rurais de Jacinto Machado – JM/SC (Titular)

2.4 – COMITÊ SETORIAL DAS COMUNIDADES DO ENTORNO E POPULAÇÃO RESIDENTE..02 representantes

2.4.1 – Associação de Moradores de Morro Agudo e Morro Grande – CS/RS

2.4.2 – Associação dos Colonos Ecologistas do Vale Mampituba – PG/SC

- 2.4.3 - Associação de Moradores Nossa Senhora Mãe dos Homens PG/SC (Titular)
- 2.4.4 – Associação de Remanescentes de Quilombo São Roque PG/SC (Titular)
- 2.5 – COMITÊ SETORIAL DAS ENTIDADES AMBIENTALISTAS 02 representantes
- 2.5.1 – Instituto Curicaca – RS (Titular)
- 2.5.2 - Ong Sócios da Natureza – SC (Titular)
- 2.6 – COMITÊ SETORIAL DAS ENTIDADES RECREATIVAS SEM FINS LUCRATIVOS . 02 representantes
- 2.6.1 – Associação Cânions da Serra Geral (ACASERGE)
- 2.6.2 – Associação Brasileira de Canionismo (ABCañion)
- 2.6.3 - Federação Gaúcha de Montanhismo (FGM) (Titular)
- 2.6.4 – Associação Serra Geral de Montanhismo (ASGEM) (Titular)
- 2.7 – COMITÊ SETORIAL DOS COMITÊS E FÓRUNS: 02 representantes
- 2.7.1 – Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (CERBMA) – RS -(Titular)
- 2.7.2 – Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Araranguá – SC (Titular)
- 2.7.3 - Conselho Municipal de Turismo de Cambara do Sul (COMTUR) – CS/RS

O presidente informa que a próxima A.G.O. acontecerá dia 12 de setembro de 2011 em Cambará do Sul, local a ser definido. Não havendo mais nenhum assunto a tratar, o presidente do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais encerra a Assembleia Geral Ordinária, da qual lavro a presente ata.

Deonir Geolvane Zimmermann
Presidente do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais